



CIÊNCIAS HUMANAS

Um estudo histórico e cultural da etnia Kaingang através do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM)***A historical and cultural study of the Kaingang ethnic group through the Western Santa Catarina Memory Center (CEOM)***Cláudia Battestin¹, Vinicius Guth Floss²**RESUMO**

O presente artigo parte de uma investigação bibliográfica e documental resultado do projeto de pesquisa na modalidade PIBIC/CNPQ aprovado pela Universidade comunitária da região de Chapecó - Unochapecó. Através de leituras e análises nos documentos arquivados no Centro de Memórias do oeste de Santa Catarina (CEOM) pertencente a Unochapecó, buscamos elementos capazes de fortalecer, propagar e ampliar a importância da diversidade e pluralidade dos diferentes espaços geográficos e culturais que vive o povo Kaingang. Contribuir com a divulgação e ampliação da história e cultura Kaingang do oeste de Santa Catarina, espaço esse, carregado de memórias e marcas de resistências e exclusão, é deveras importante. Inicialmente elaboramos um mapa geográfico que permite visualizar a distribuição das terras Kaingang na região Sul e Sudeste, ampliando a dimensão de espaço e de luta na demarcação destes territórios. Concomitantemente mapeamos registros fotográficos e jornalísticos da etnia Kaingang no século XX. Com esta compilação documental reafirmamos o quanto é importante conhecer a história dos povos originários destas terras, afim de garantir a permanência da cultura material e imaterial, descortinando as veias do preconceito e violência que ainda assola os indígenas do Oeste de Santa Catarina.

Palavras-chave: Kaingang; história; cultura, memória.

ABSTRACT

This paper is based on a literature review and documentary investigation resulting from the research project in the PIBIC/CNPQ modality approved by the Community University of Chapecó Region - Unochapecó. By reading and analyzing the documents filed in the Memory Center of western Santa Catarina (CEOM) belonging to Unochapecó, we searched for elements for strengthening, disseminating and expanding the importance of diversity and plurality of the different geographical and cultural spaces in which the Kaingang people live. Contributing to the dissemination and expansion of the Kaingang history and culture in western Santa Catarina, a place that is loaded with memories and marks of resistance and exclusion is necessary. Initially, we elaborated a geographical map that allows us to visualize the distribution of Kaingang lands in the South and Southeast regions, expanding the dimension of space and the struggle towards the delimitation of these territories. In addition, we mapped photographic and journalistic records of the Kaingang ethnic group in the 20th century.

Keywords: Kaingang; history; culture; memory.

¹ Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas/RS – Brasil. E-mail: claudiabattestin@hotmail.com

² E-mail: yini.floss@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

Neste artigo buscamos valorizar e mostrar os aspectos históricos e geográficos relacionados à cultura *Kaingang* do oeste do Estado de Santa Catarina, a fim de contribuir com a ampliação, divulgação e publicação da história, cultura e memória desta região.

Através deste estudo realizamos além da pesquisa bibliográfica e documental, uma aproximação e diálogo com os estudantes da licenciatura intercultural indígena da Unochapecó e comunidade Kaingang do oeste de Santa Catarina, a fim de contribuir com a construção do mapa e na identificação dos registros fotográficos localizados no Centro de Memórias do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

Referente a pesquisa de notícias relacionadas aos Kaingang no jornal "A Voz de Chapecó" localizado no acervo do CEOM da Unochapecó, determinamos um recorte temporal entre as décadas de 40 e 50, sete anos seriam capazes de elucidar um panorama de como o povo *Kaingang* era retratado na época. As notícias pesquisadas evidenciam elementos importantes para pensar e analisar de que forma o *Kaingang* era mencionado na primeira metade do século XX. Nos estudos de Monte (2001, p.104), os indígenas descortinam um cenário predominante capaz de ecoar vozes pelas suas conquistas e lutas em diferentes fronteiras do conhecimento. Contudo, sabemos que as fronteiras, principalmente as do Sul do Brasil, carregam marcas de um passado de resistências e disputas entre o colonizado e o colonizador, capazes de redimensionar a história de muitas culturas e povos. Neste sentido, temos a impressão de que apenas o conhecimento histórico não é suficiente para garantirmos o respeito, existência e permanência da cultura imaterial e material destes povos que foram excluídos e marginalizados. Neste âmbito, nasce o desejo de sensibilizar, dar visibilidade através do acervo documental e da investigação bibliográfica, mostrando aspectos cotidianos e territoriais dos povos que habitavam o oeste de SC antes da chegada dos colonizadores.

Cabe lembrar que os acontecimentos envolvendo os indígenas na região do Oeste de Santa Catarina foram marcados por intensos conflitos com posseiros e empresas colonizadoras, por muito tempo a história foi contada sobre a perspectiva do colonizador, ocultando/silenciando a presença da cultura cabocla e indígena que já vivia nesta região e ainda vive ou resiste. Em consequência, o entendimento do não-indígena sobre a presença dos indígenas no oeste de Santa Catarina ainda é carregado de mazelas, estereótipos, preconceitos e exclusão, o que torna emergente o desenvolvimento de pesquisas capazes de dar visibilidade e importância à cultura dos povos originários.

2. A RESISTÊNCIA KAINGANG: DA REDUÇÃO À DEMARCAÇÃO

Durante o desenvolvimento da pesquisa, ficou claro que para conhecer e compreender a história é preciso voltar ao passado, remexer acervos, documentos, memórias e lugares. Para compreender a história indígena, é preciso ter a leitura de que, a habitação dos povos originários da região sul do Brasil é datada no período paleolítico, entre 11.000 ou 12.000 anos a.C. Permaneceram desconhecidos pela maioria dos europeus até o século XVII, porém com a chegada das missões jesuítas na América do Sul, iniciou-se o processo de redução do *Guayra*, Uruguai, *Tapes* (Guarani) e Conceição dos Gualachos (*Kaingang*), localizados às margens do rio Piquiri, no Paraná. As reduções foram construídas exclusivamente pelos Guaranis, que foram catequizados e



submetidos a participar de um projeto ideológico e cristão que visava a evangelização. (NASCIMENTO, 2001).

Cabe lembrar que os *Kaingang* já haviam sido contatados por viajantes anteriormente, recebendo diversas denominações ao longo da história. Conforme Gaudêncio *et al.* (2019, p.118) os não-índios utilizaram distintos nomes para a identificação dos *Kaingang*, por exemplo: *Wayganna*, Goianá, Coronados, Gualachos, Pinares, Coroados, Bugres, Camés, Votorões, *Guayanazes*, *Kaingang*, *Caingang*, Botocudos de Santa Catarina e Paraná. Entretanto, estas nomações em alguns casos são equivocadas, pelo fato de não haver uma diferenciação concisa com os outros grupos étnicos que também viviam na mesma região.

A corrida pela dominação das terras entre Espanha e Portugal nas regiões que hoje cercam a fronteira entre Paraguai e Brasil separada pelo rio Paraná, determinou uma reorganização dos povos. D'Angelis (1995, p.271-272) afirma que: "[...] a regressão da ocupação espanhola à margem direita do rio Paraná vai abrir espaço a um reordenamento da ocupação indígena tradicional de todo esse território, com reflexos para a região até o Rio Uruguai". As missões jesuíticas espanholas eram atacadas por Bandeirantes Paulistas, que capturavam os indígenas e os levavam para São Paulo a fim de comercializá-los como escravos. D'Angelis (1995, p.272) observa que os bandeirantes não molestavam os *Kaingang* e os *Xokleng*, porque estes não representavam serem escravos de valor como os Guaranis e não eram agricultores de hábitos sedentários. No entanto, Nascimento (2001, p.69) observa que a presença dos não-índios nestes territórios estabeleceu uma nova fase, e sua principal característica foi o confronto de *Kaingang* e *Xokleng*, de grupos *Kaingang* entre si, e de confrontos com os colonizadores.

O avanço às terras *Kaingang* começaram durante o século XVIII. De acordo com Brighenti (2013, p.13), o território *Kaingang* compreendia o interior do Estado de São Paulo até o norte do Rio Grande do Sul, especialmente em matas de araucária e regiões de campos.

[...] os *Kaingang* conseguiram impedir a ocupação dos não indígenas em seu território até a primeira década do século XIX quando as frentes de ocupação penetram intensa e violentamente nos Campos de Guarapuava (Koran-bang-rê) a partir de 1910 e nos campos de Palmas (Krei-bang-rê) em 1939. [...]. As regiões dos campos de Guarapuava e o atual território oeste catarinense pertenciam à província de São Paulo até 1843, quando passou ao domínio do Paraná. Santa Catarina era constituída apenas pelo litoral e parte dos campos da serra acima, incluindo Lages. Os campos de Palmas compreendiam todo o oeste catarinense. Nessa região os *Kaingang* circulavam livremente, porém, os conflitos que ocorriam mais ao norte (Guarapuava) interferiam em todo território, devido à mobilidade e espacialidade *Kaingang*. (BRIGHENTI, 2013, p.14).

O domínio português sobre os Campos de Guarapuava ocorreu de fato no início do século XIX, o que representa para D'Angelis (1995, p.276-279) uma expansão do mercado de gado, pois em função da indústria extrativa, necessitava-se maiores espaços para a criação, sendo estes direcionados para os Campos de Guarapuava. A primeira expedição chegou em 17 de julho de 1810, com mais de 200 homens muito bem armados, capazes de expulsar ou matar os indígenas da região. Em 07 de agosto de 1812, um grupo de *Kaingang*, sabendo do poderio bélico da expedição, aceita uma aliança com os portugueses e permanece nos Campos de Guarapuava.



A ocupação da atual região Oeste de Santa Catarina não significou uma rendição ou submissão dos *Kaingang* em sua grande maioria, mas, com base em D'Angelis (1995, p.280-281), foi uma pequena parcela que desempenhou a possível permanência dos invasores; ocorrendo realmente uma divisão dos povos indígenas, entre os favoráveis e os contrários à ocupação e aliança aos brancos. Renk (2006) descreve que os fazendeiros se deslocavam com suas famílias e escravos para os campos, instalando-se na região. No ano de 1836, Guarapuava era rica em bens e população, não havendo mais espaço para o estabelecimento de novas fazendas, sendo assim, os novos planos para o povoamento voltam-se para os Campos de Palmas.

Com os argentinos interessados na exploração da madeira e da erva mate na região de Campos de Palmas, surge a necessidade de criar alternativas de acesso na região, pois, segundo D'Angelis (1995, p.293): "a ocupação efetiva do território torna-se, então, questão estratégica para a geopolítica do Império. Nesse contexto é que a abertura da estrada de Palmas a Corrientes torna-se inadiável". A construção da estrada delimitou também a separação entre os povos indígenas, os que apoiavam ou buscavam alguma aliança com os invasores se aproximaram das estradas, e os que eram contra buscaram refúgio na mata. Os *Kaingang* e os *Xokleng* que não aderiram ao aldeamento e ao contato direto com a população não indígena, vivenciaram tempos de embates e conflitos. Nascimento (2001, p.70-71) comenta que, as milícias, responsáveis pelo controle dos aldeamentos, tendo conhecimento das antigas rivalidades entre os grupos indígenas, realizavam promessas aos índios aldeados para que ajudassem a encontrar os grupos rivais. Como conheciam a mata e o costume do povo indígena, ajudaram as milícias na captura das resistências. Grandes lutas sangrentas entre indígenas aldeados e não aldeados surgiram deste fato³.

Uma das estratégias utilizadas pelo Império Português foi a criação de companhias militares constituídas de indígenas, instalando colônias militares no entorno da região. Segundo Renk (2006), as colônias foram estabelecidas nos limites do império com países estrangeiros, provendo a defesa das fronteiras e dos colonizadores.

Importante destacar que, o *kaingang* Vitorino Condá possuiu papel fundamental neste processo, possibilitando a penetração portuguesa nos Campos de Palmas, região correspondente ao atual Oeste de Santa Catarina. De acordo com D'Angelis (1995), Condá fazia parte dos *Kaingang* que aderiram ao convívio pacífico com os fazendeiros de Guarapuava, este foi um dos primeiros indígenas a receber um título militar, sendo nomeado Capitão. Nascimento (2001, p.72) também afirma que, Condá comandava o grupo chamado "Companhia de Pedestre", cujo objetivo era convencer os grupos indígenas resistentes a aceitarem o aldeamento, uma vez que o mesmo possuía influência entre os chefes *Kaingang* da região, assim como o conhecimento do território.

Condá teve participação relevante no aldeamento dos indígenas, sendo convocado pelos militares para a negociação com os Caciques e grupos que não aderiam ao aldeamento. Sua participação neste processo histórico apresenta uma certa ambiguidade, pois ao mesmo tempo que permitiu a presença da coroa Portuguesa e dos colonizadores nesta região e a submissão dos indígenas que restavam fora das aldeias, o fez de forma pacífica, evitando invasões violentas aos que viviam nas matas. Nas palavras de D'Angelis (1995, p.297): "[...] as subseqüentes pressões sobre os índios demonstram uma sociedade que, na verdade, apenas os usava, mas não desejava em absoluto a

³ A palavra aldeia ainda está presente na realidade e no imaginário dos indígenas. A FUNAI segue utilizando a palavra aldeia como um dos modos de identificação para a terra indígena. Em diálogo com um indígena da Terra Indígena Xapecó, evidenciamos o quanto a palavra aldeia está sendo substituída por comunidade indígena, pois aldeia lembra aldeamento que remete a este processo histórico e possui valor pejorativo.



sua sobrevivência". Estes acontecimentos fazem com que grupos indígenas, ameaçados pelas invasões das aldeias, buscassem novamente refúgio na mata. Condá, descontente com a situação participa dessa retirada.

Com o término do domínio do Império Português no Brasil em novembro de 1889 e o estabelecimento da República pelos militares, as terras em posse dos indígenas legitimadas pelo Império são entregues ao domínio dos Estados. D'Angelis (1995, p.296) afirma que as terras foram vendidas e tituladas para fazendeiros interessados. Inúmeros foram os aldeamentos tomados. Esta época marcou intensas migrações e demarcações das reservas indígenas, estas perderam grande parte do território em relação ao que era antes da Proclamação da República.

A delimitação das terras indígenas tinha uma função de vigília para o Estado, podendo tomar medidas agressivas se necessário, destituindo outras terras povoadas por indígenas que eram contra a presença dos brancos, mantendo-os em um território de seu conhecimento. Neste mesmo período os missionários propuseram a miscigenação entre indígenas e brancos, com o intuito de "civilizar". Conforme estudos de Nonnenmacher (2000, p.29) o decreto 426 de 24 de julho de 1845 no seu artigo primeiro do parágrafo 19 afirma que era preciso "empregar todos os meios lícitos, brandos, e suaves para atrair os índios às aldeias, e promover casamentos entre os mesmos, e entre eles, e pessoas de outra raça". Resultante disso, podemos afirmar que este processo resultou na miscigenação, mesmo que forçada, carregada de histórias que perpassam até hoje no Sul do Brasil e notoriamente no oeste de Santa Catarina.

Mesmo após todas estas reduções e demarcações, as terras dos povos originários continuam a ser desrespeitadas e invadidas de algum modo no século XX e XXI. O surto da expansão agrícola, exploração de madeira, estimulada pela política desenvolvimentista do governo ainda na década de 40, levaram a uma nova fase da luta indígena pela sua permanência em seu espaço geográfico. D'Angelis (1995) já observava que várias terras ocupadas por indígenas eram vendidas para terceiros que eram incumbidos a eliminar intrusos existentes na área. Os indígenas e caboclos que estavam nas áreas de interesse eram retirados por forças armadas. O resultado, utilizando a bandeira do "desenvolvimentismo", foi a redução drástica das suas terras e a destruição da maior parte dos recursos naturais, podendo citar aqui o Toldo Chimbangue localizada no município de Chapecó, a Terra Indígena Xapecó e Imbu, com abrangência territorial pertencente aos municípios de Ipuacu, Entre Rios e Abelardo Luz.

Nascimento (2001) afirma que as poucas terras que restaram destas invasões também foram submetidas ao processo de produção em larga escala com a plantação de soja e trigo. Diante deste acontecimento, muitas famílias não tinham espaço para produzir os alimentos básicos para sua alimentação. Estas também eram dependentes de alguma organização para receber as sementes do plantio, que ainda assim eram insuficientes para suprir as necessidades das comunidades, tendo que realizar trocas com o comércio da região, muitas das vezes submetendo-se a condições abusivas dos comerciantes. Todos estes fatores ampliavam um quadro de fome e pobreza de difícil resolução para as comunidades indígenas. Muitos registros da época apontam para o adoecimento das crianças, uma vez que a alimentação com limitação e alteração dos alimentos e ervas tradicionais, fazem parte da cosmologia dos povos originários.

No jornal "A Voz de Chapecó" temos uma publicação na edição 284 do ano de 1950 que retrata um pouco do descaso da época. A notícia intitulada "Falta de Assistência" registra o seguinte:



Chegou ao nosso conhecimento que no corrente ano ocorreram entre as crianças índias dos Toldos Banhado Grande e Jacú, onde existe o Posto Indígena de Chapecó, do Serviço de Proteção dos Índios, neste município, inúmeros casos de coqueluche, ou tosse comprida, dos quaes nove faram fataes. Também faleceram alguns índios adultos, neste mesmo princípio de ano, por falta de assistência hospitalar. Sabemos mais que por espírito de humanidade os médicos Drs. Carlos Kvitko e Jacir Melzer, de Xanxerê, cada um por sua vês, visitaram os aludidos Toldos, para atender aos doentes, porém, sua boa intenção foi anulada pela falta e carência absoluta de medicamentos. Solicitadas providências à inspetoria do S.P.I. de Curitiba, foi respondido não ser possível atender por falta de verba. [...] (1950, p.1).

O Serviço de Proteção aos Índios- SPI, órgão que regia a tutela dos indígenas, agiu em conformidade com os fazendeiros da época, auxiliando na invasão das terras já reduzidas. Inúmeras são as notícias encontradas no jornal "A voz de Chapecó" que enfatizam a participação do SPI na exploração do patrimônio indígena. Em um trecho de uma delas encontramos o seguinte: "S.P.I. Serviço de proteção aos índios passa a ser de perseguição aos índios de Chapecósinho":

[...] São 82.000.000 de metros quadrados, representando um valor de mais de 10 milhões de cruzeiros pelo grande pinhal que nas mesmas terras existe. S.P.I. manda os índios se mudarem para outras terras, o próprio S.P.I. vai mudar o posto, bemfeitorias e casas e escolas que lá construiu. [...] (1948, p.1).

As notícias acima demonstram a negligência dos órgãos da época, que por suposto deveriam auxiliar na permanência dos indígenas em seu território e territorialidade, respeitando sua trajetória histórica e cosmologia. O que pode ser observado é uma valorização dos interesses individuais, que nada beneficiaram os povos originários, marcado pela violência e preconceito.

São inúmeras as publicações que fazem referência aos indígenas durante a primeira metade do século XX. Uma vez que, nesta época, no oeste de Santa Catarina, eram poucos os recursos de mídia, e um dos jornais que resistiu aos tempos da ditadura, mesmo que com publicações tendenciosas, foi o "Voz de Chapecó". O jornal era um semanário que chegou a circular durante os anos de 1939 a 1953, sendo que parte deste material está disponível para consulta no acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM, acervo pertencente a Unochapecó⁴.

Realizamos uma minuciosa busca no jornal "A Voz de Chapecó" entre os anos de 1946 e 1953, uma vez que, o CEOM possui o material impresso referente esse período. Listamos as 39 notícias com o seu respectivo título, número da edição e ano de publicação, afim de dar visibilidade ao que de fato era publicado na época. A tabela a baixo apresenta, o título da notícia, número da edição e ano de publicação, a análise das notícias não era o objetivo da pesquisa realizada, porém, achamos pertinente dar visibilidade a esse registro pela mídia impressa da época. Em ordem cronológica decrescente seguem os registros na tabela 1:

⁴ No ano de 2021 o CEOM está organizado nos seguintes setores: 1. Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC); 2. Programa: História-Patrimônio-Comunidade; 3. Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos (NEEA); 4. Núcleo de Difusão Cultural e Educação Patrimonial; 5. Divulgação Científica e Cultural; 6. Biblioteca Setorial. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/ceom>. Acesso em: 11 set. 2021.



Tabela 1 – Notícias do Jornal A Voz de Chapecó.

Título da notícia	Edição	Ano
Não foram localizadas notícias referentes aos <i>Kaingang</i> no ano de 1953		1953
Índios plantando Trigo	384	1952
Índios brasileiros de Chapecó, mais uma vês sacrificados	359	1952
Índios espoliados ou patrimônio do Estado sacrificado	358	1952
Índios de Chapecó	357	1952
Índios de Chapecó	337	1951
Falta de Assistência	284	1950
Semana do Índio	282	1950
Índios do Rio Ligeiro	276	1950
Os Índios	283	1950
Índios	275	1950
Índios	272	1950
Índios de Pinhalzinho	257	1949
Pinhalzinho	255	1949
Em defesa dos Índios	254	1949
Índios Lá e Cá	248	1949
Posto dos Índios de Chapecozinho	244	1949
A tragédia do índio	242	1949
O caso dos índios	242	1949
Um telegrama sobre o caso dos Índios	239	1949
Chapecó com X ou CH inicial	221	1949
Serviço de PERSEGUIÇÃO aos Índios	238	1949
Os Índios Caingang	229	1949
Ainda os índios	227	1949
Índios Desprotegidos	222	1949
Os índios estão morrendo	214	1948
Índios de Chapecó	212	1948
Serviço dos Índios	211	1948
O S.P.I e os Índios Caingang de Chapecó	209	1948
Defesa dos Índios de Chapecó	209	1948
O Caso dos Índios	208	1948
Pobres Caingangs! O S.P.I diz – SIM! Nós dizemos - NÃO!	208	1948
S.P.I Significa -- Serviço de Perseguição aos Índios	207	1948
Serviço de Proteção aos Índios passa a ser de PERSEGUIÇÃO aos Índios de Chapecósinho	206	1948
Chapecó com CH	211	1948
Chapecó com X?	210	1948
Serviço dos índios	197	1948
Índios	135	1947
Município de Chapecó	98	1946
Chapecó	93	1946

Fonte: Elaborado pelos autores.

As notícias sinalizam que, em meio a um período de censura e controle que vivia o Brasil, a região oeste andava lado a lado com o projeto de colonização e “povoamento” no Sul do Brasil. O jornal além de ter sido o primeiro da cidade, era regido e controlado, pelo caráter ideológico da época. As notícias na grande maioria, mostram ou retratam um indígena desvalorizado, desprotegido e flagelado, ocultando a necessidade de terras ou algo do gênero, ocultando a diversidade e cosmologia existente no cerne dos povos. No início da pesquisa tínhamos dúvidas se iríamos encontrar notícias sobre os povos originários no jornal, pois a ideia do ocultamento ou exclusão desta população, era recorrente na época.



Cabe lembrar que o processo de colonização das Américas trouxe um reordenamento avassalador para os grupos nativos, não somente dos *Kaingang*, mas de todos que viviam na América antes da chegada dos colonizadores. Embora suas histórias se difiram em espaços geográficos, em culturas, em estilos e modos de viver, todos possuem um passado marcado na luta pela sobrevivência. O escritor Uruguaio Eduardo Galeano, ao escrever o livro "As Veias abertas da América Latina", afirma que: "Os índios das Américas somavam não menos do que 70 milhões, ou talvez mais, quando os conquistadores estrangeiros apareceram no horizonte; um século e meio depois estavam reduzidos tão só a 3,5 milhões". (2012, p.64). Esses números mostram o projeto de extermínio realizado na América, sendo que no Brasil, apesar de perdas e redução de etnias e idiomas, ainda temos presente a luta dos povos originários pela permanência em seus espaços tradicionais e cosmológicos, pois infelizmente, o processo de redução e extermínio ainda acontece na atualidade.

2.1. TERRAS KAINGANG NO OESTE DE SANTA CATARINA: A COMPILAÇÃO DE UM MAPA

Com o interesse de conhecer e compreender melhor a história dos povos originários do oeste de Santa Catarina, a pesquisa descortinou a possibilidade de organizar um mapa através de uma compilação de dados. A demanda surge principalmente das escolas e das comunidades *Kaingang*, pois os professores manifestaram como seria importante ter um mapa que pudesse apresentar um panorama atualizado e amplo sobre as terras da etnia *Kaingang* no Brasil. Essas informações existem em diferentes espaços, como no acervo da Fundação Nacional do índio - FUNAI, do Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE, em livros, sites de pesquisa entre outros, porém, as informações estão desconexas, cada espaço destes, apresenta contextos diferentes, dificultando um alinhamento de leitura e compreensão visual.

Através do software QGIS, sistema de informação geográfica que permite visualização, edição e análise de dados georreferenciados, foram compilados os dados atualizados fornecidos pelo IBGE e FUNAI para a elaboração do mapa com precisão de legendas e informações capazes de elucidar o panorama geral das terras *Kaingang* no Brasil, ou seja, no Sul e Sudeste.

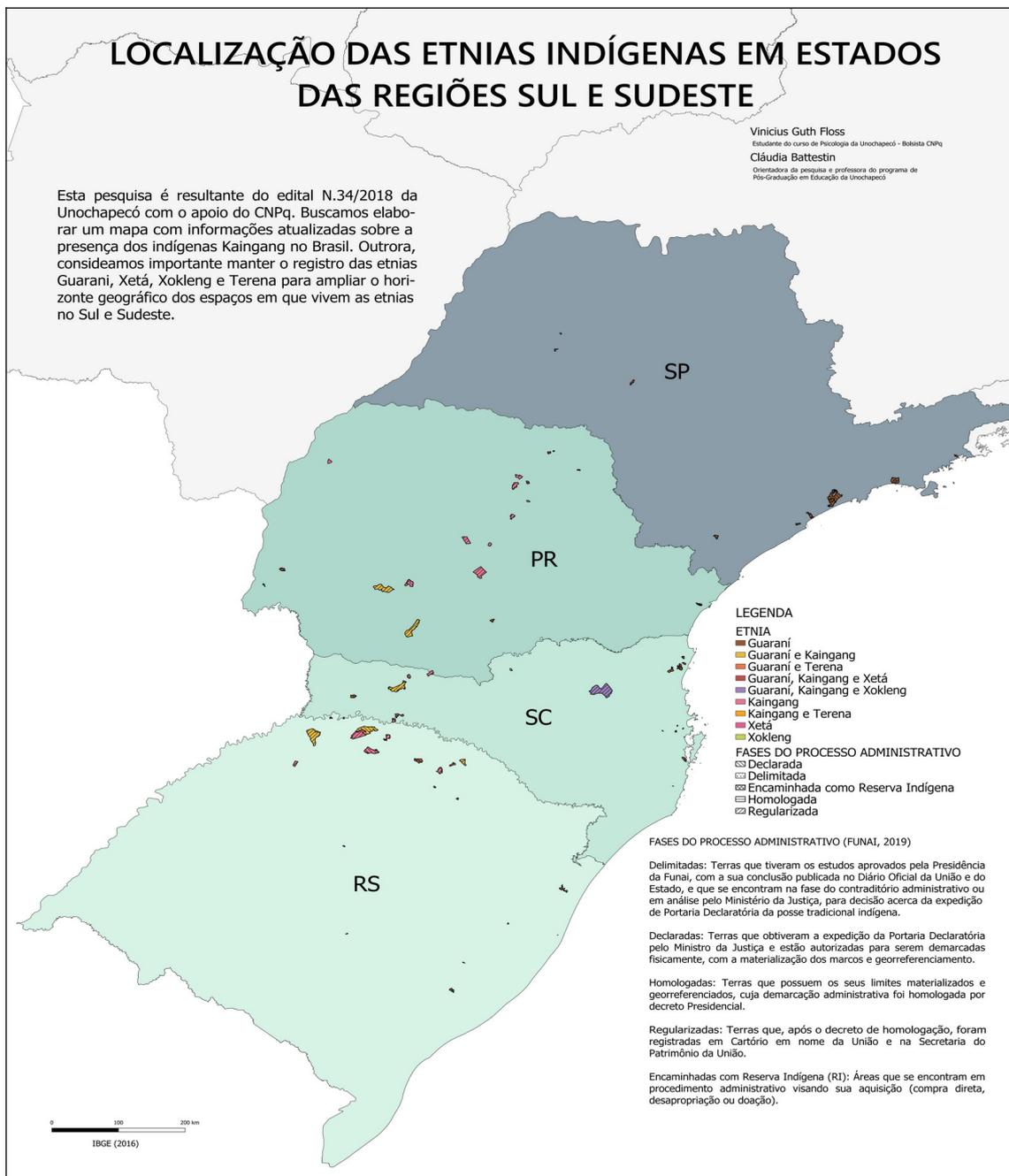
O mapa foi editado com as medidas de 1,2 x 0,80 metros e impresso em lona, com alta resolução e nitidez na leitura das cores e legendas. Foram realizadas impressões para as escolas das comunidades do Condá, Chimbangue e Terra Indígena Xapecó. O material está sendo utilizado de forma didática pelos professores de diferentes áreas do conhecimento, facilitando a didática e metodologia de ensino. Outrora, o mapa poderá contribuir para sensibilizar a população sobre a pouca quantidade de terra destinada aos povos originários.

A maior terra em território é a Terra Indígena Xapecó, situada nos municípios de Ipuacu, Entre Rios e Abelardo Luz, possui aproximadamente 15,600 hectares, perdendo grande parte do seu território no processo de demarcação. Nacke (2007) confirma que as terras foram doadas como pagamento pelos serviços prestados na abertura da Estrada que liga os Campos de Palmas aos do Rio Grande do Sul. Entretanto as terras sofreram uma redução de dois terços da originalmente reservada ao longo do tempo. O Serviço de proteção aos índios – SPI, órgão criado pelo governo durante o período da ditadura brasileira, viabilizou a exploração através da sua unidade administrativa desta Terra Indígena -TI, sendo que na época, o Posto Indígena -PI, instalou uma serraria na TI Xapecó para a exploração das madeiras nobres ali existentes. O processo de exploração da serraria começou em 1964 e perdurou até 1980, levando ao esgotamento da área



florestada, e mesmo após seu desligamento, lideranças indígenas continuaram com o processo. Na mesma época, iniciaram-se os arrendamentos das terras para agricultores, que ocuparam as terras e estabeleceram novas roças.

Figura 1 – Localização dos territórios indígenas nos estados da região Sul e Sudeste.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na década de 70, instalou-se também a exploração agrícola de monocultura mecanizada. Os líderes indígenas desta época colaboraram com a permanência desta exploração recebendo vantagens econômicas. A maior parte da população indígena da TI vendia sua força de trabalho a agricultores regionais. Tal processo teve resolução em 1978, quando os indígenas da TI, juntamente com a FUNAI, conseguiram expulsar os agricultores de suas terras. Conflitos mais



recentes estão relacionados com a construção de hidrelétricas, linhas de transmissão elétrica. Apesar de toda repressão, o povo Kaingang resiste e mantém dentro dos espaços permitidos de ser, sua cosmologia e cultura presente.

Figura 2 – Localização aproximada dos territórios indígenas no Oeste de Santa Catarina.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Outra terra que é bastante conhecida no oeste é o Toldo Chimbangue, situado no município de Chapecó é separada pelo Toldo Chimbangue I e II, cada uma com uma área aproximada de 1000 há. Recebe o nome de Chimbangue em memória do primeiro cacique, Antonio Chimbangue. Nacke (2007) afirma que o SPI não tomou as providências necessárias para demarcar as terras do Chimbangue, mantendo os agricultores por muito tempo nas mesmas. A presença dos *Kaingang* nesta terra, tem passagem do ano de 1882, porém, a luta pela recuperação ocorreu de fato somente na década de 70, gerando conflitos e demandas. Sua presença histórica permitiu com que recuperassem suas terras, mantendo assim, a cosmologia e cultura *Kaingang*.

A Aldeia Condá, com 2300 hectares de terra, situada também no município de Chapecó, é mais conhecida pelo nome pelo fato do estádio esportivo da equipe da chapecoense carregar esse nome, arena Condá. A antropóloga Renk (2006) relata sobre os desafios que passaram os *Kaingang* que vivem hoje na Aldeia Condá, estes viviam em barracos de lona no centro de Chapecó, vistos como sujos e preguiçosos pela população da cidade. A maior parte havia nascido em Chapecó, logo, este espaço possui um sentido relacionado a suas crenças e mitos que não se restringe aos limites das terras, pois nestas terras vive a cosmologia do povo. A luta pela permanência em seu território tradicional se estende até a escrita deste texto, não estando consolidada perante a lei o direito às terras que habitam. É um povo guerreiro que vive da confecção e comercialização do artesanato.

De acordo com Oliveira *et al.* (2015, p.206), os projetos econômicos que estão afetando as TIs atualmente são de diversos fatores, entre os interesses mais salientes, podemos citar: a



construção de hidrelétricas de múltiplos portes, e suas linhas de transmissão; barragens de contenção de cheias; rodovias sua duplicação e contornos; gasodutos; ferrovias; portos; parques industriais; projetos de reflorestamento, etc. Em Santa Catarina, os de maior relevância são: Duplicação de rodovias, construção de hidrelétricas de múltiplos portes e projetos de reflorestamento.

É evidente que a luta pelos direitos a terra é contínua e está longe de terminar, o que ocorre é simplesmente uma mudança nos meios usados por outrem para acabar com os direitos indígenas. Oliveira *et al.* (2015, p.229) observa que: "Não é apenas o governo do estado de Santa Catarina que tem se empenhado em mover ações judiciais para impedir as demarcações das terras indígenas, mas também muitos outros grupos". Neste sentido, a construção do mapa ajuda a elucidar com maior clareza na leitura das legendas, através das cores, marcas e localização dos territórios dos povos originários no Sul do Brasil, em especial, do povo *Kaingang*.

2.2. O QUE FICOU DAS IMAGENS: UM OLHAR DO PASSADO RECENTE

Outra fonte de material documental localizado no CEOM, foram as fotografias, que seguem na figura 3, mostrando acontecimento e semelhanças com as vivências dos *Kaingang* no século XX. Infelizmente muitos dos presentes nas imagens não puderam ser identificados. Estas foram compiladas em painéis impressos, contribuindo para melhor leitura das imagens. Percebemos que são poucos registros fotográficos localizados nas escolas e comunidades indígenas, também, nos acervos documentais. As imagens registradas abaixo mostram um pouco dos lugares, rostos, desafios e sobrevivência de um povo que sempre lutou pela vida do seu povo.

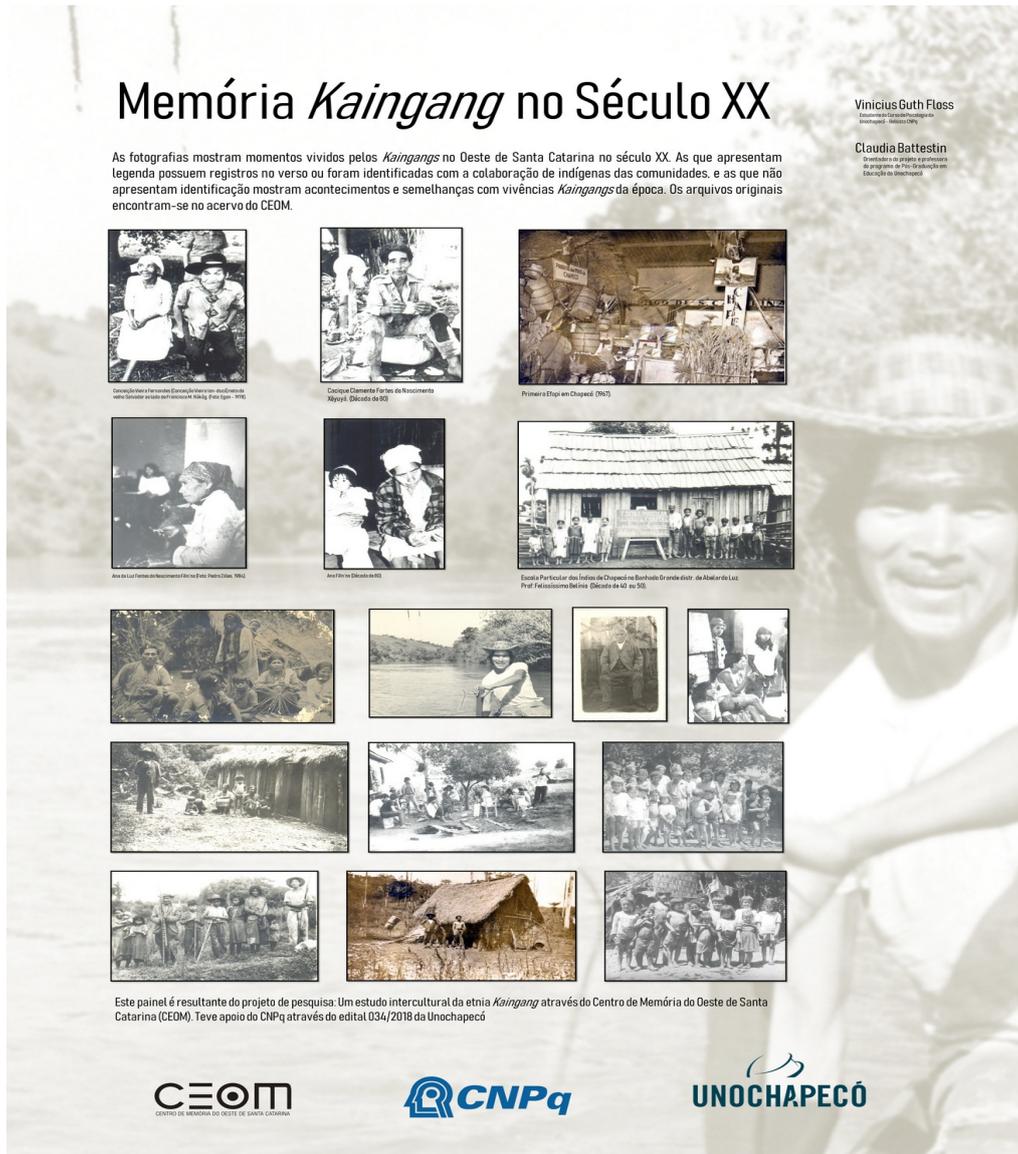
Nas duas primeiras fotografias da segunda linha, conforme descrito nas legendas, podemos localizar Ana da Luz Fortes do Nascimento, ou em *Kaingang*, Fen'Nó. Segundo Brighenti (2014), Fen'Nó, liderou a luta pela terra do Toldo Chimbangué durante a ditadura militar, sua forte ação política permitiu a recuperação das terras tradicionais e influenciou na mudança da constituição federal de 1988, especialmente o art. 231, que regulamenta os direitos dos povos indígenas. Fen'Nó é um símbolo *Kaingang* de liderança e luta que se estenderá para as próximas gerações. O irmão de Fen'Nó, Clemente Fortes do Nascimento Xêyuyá, também aparece em uma das fotos, outra figura importante deste período, ambos são referências no processo histórico da retomada das terras do Chimbangué. A escola do Toldo Chimbangué recebe o nome de Fen'Nó, orgulho para toda comunidade.

Na terceira foto da primeira linha, observamos uma exposição dos artesanatos *Kaingang* na primeira Feira de Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial – EFAPI de Chapecó no ano de 1967, evidenciando a presença dos *Kaingang* na área urbana de Chapecó. O povo ainda sobrevive basicamente da venda de seus artesanatos, criando linhas de fuga dos moldes capitalistas para sua permanência neste espaço.

A divulgação e publicização destas fotografias poderão contribuir na sensibilização e memória, pois a cultura material e imaterial dos povos originários, faz parte do patrimônio cultural da humanidade e precisa ser conhecida e preservada, mas acima de tudo, respeitada. É neste sentido que buscamos mostrar que os povos originários habitam o solo catarinense a milhares de anos, e estão constantemente reivindicando seus direitos previstos constitucionalmente, trabalhando na possibilidade de sua existência enquanto grupo diferenciado.



Figura 3 – Memória Kaingang no século XX.



Fonte: Elaborado pelos autores.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que já foi mencionado na escrita deste artigo, fica evidente que a história dos povos originários da região oeste de SC é repleta de questões complexas, com dualidades, assujeitamentos por parte dos indígenas com as colonizadoras, submissão ao aldeamento por medo ou como medida única a sobrevivência devido a soberania militar. De fato, essa história caracteriza uma luta incessante pela permanência e garantia de direitos, de dignidade e condições dignas de vida.

Os registros, documentos, fotografias e a compilação do mapa, representam um fragmento da história que fornece elementos para compreender quais foram as vivências e desafios do povo *Kaingang*. Essa história precisa ser lembrada, contada e divulgada, afim de contribuir para a compreensão de que os povos originários são e fazem parte da história local, regional, do Brasil e



América. Ampliar essa perspectiva nos fornece elementos reflexivos e didáticos para trabalhar, por exemplo, em sala de aula.

Precisamos e devemos construir espaços de diálogo, que sejam capazes de gerar categorias de luta, de movimento político e social, com primado na ética, que perpassa por seus elementos históricos e culturais, em respeito às alteridades que habitam o mundo. Reconhecer a diferença, a diversidade e a cosmologia, seja através de mapa, fotografias, jornais, estudos e pesquisas, podem ampliar as possibilidades de alcance e conhecimento sobre a importância de vivermos a diversidade em cada unidade existente.

4. REFERÊNCIAS

BRIGHENTI, C. A. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. 2013. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2018.

BRIGHENTI, C. A. **Fen'Nó, uma guerreira**: uma mulher, uma história, uma lenda. 2014. Disponível em: <https://cimi.org.br/2014/03/35780/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

D'ANGELIS, W. R. **Para uma história dos índios do oeste catarinense**. 1995. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2106/1196>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FALTA DE ASSISTENCIA. **A Voz de Chapecó**, Chapecó, p.1, 1950.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GAUDÊNCIO, J. S. *et al.* Breve perspectiva historiográfica sobre a ancestralidade da etnia indígena Kaingang. **Cadernos do CEOM**, v.32, n.50, p.115-128. Chapecó, 2019.

MONTE, N. L. Educação e sociedades indígenas no Brasil. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (Org.). **Educação no Brasil**: História e Historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: SBHE, 2001. p.99-117.

NACKE, A. *et al.* **Os Kaingang no oeste catarinense**: tradição e atualidade. Chapecó: Argos, 2007.

NASCIMENTO, E. S. **Há vida na história dos outros**. Chapecó: Argos, 2001.

NONNENMACHER, M, S. **Aldeamentos kaingang no Rio Grande do Sul**: Século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

OLIVEIRA, J. P; MURA, F; SILVA, A. B. (Org.). **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília: ABA, 2015.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

S.P.I. serviço de proteção aos índios passa a ser de perseguição aos índios de chapecósinho. **A Voz de Chapecó**, Chapecó, p.1, 1948.

Submetido em: **21/11/2019**

Aceito em: **11/09/2021**